



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

GOVERNO

Decreto n.º 10 /2012

Aprova o Estatuto do Instituto Nacional de Meteorologia.

GOVERNO**Decreto n.º 10 /2012**

Tornando-se imperioso a adopção de um novo Estatuto do Instituto Nacional de Meteorologia;

Considerando que no Estatuto do Instituto Nacional de Meteorologia contém elementos fundamentais para a organização dos funcionários do Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais, na área do Instituto Nacional de Meteorologia;

Nestes termos, no uso das faculdades conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado o Estatuto do Instituto Nacional de Meteorologia em anexo a este Decreto.

Artigo 2.º

O presente Decreto entra em vigor nos termos da Lei.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 17 de Julho de 2011.- O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, Dr. *Patrice Emery Trovoada*; O Ministro da Justiça e Reforma do Estado, Dr. *Elisio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva Teixeira*; O Ministro das Finanças e Cooperação Interancional, Dr. *Américo de Oliveira dos Ramos*; O Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, Eng. *Carlos Vila Nova*.

Promulgado em 26 de Abril de 2012.

Publique-se.

O Presidente da Republica, Dr. *Manuel Pinto da Costa*.

ESTATUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA**Capítulo I
Generalidades****Artigo 1.º
Objectivos**

A actividade do Instituto Nacional de Meteorologia, adiante designado abreviadamente por INM, deverá ser orientada de modo a satisfazer os seguintes objectivos principais:

- a) Salvaguarda de vidas e bens;
- b) Apoio às actividades económicas nacionais, nomeadamente nos domínios da agricultura, sil-

vicultura, pecuária, pesca, transportes e comunicações, indústrias;

- c) Protecção do ambiente e participação na gestão dos recursos hídricos;
- d) Apoio a outras actividades económico - sociais e aproveitamentos energéticos;
- e) Desenvolvimento das relações internacionais no domínio da meteorologia, intensificando a cooperação com os outros países.

**Artigo 2.º
Atribuições**

- a) Manter e desenvolver os sistemas nacionais de informação e vigilância meteorológica, sismológica e da qualidade do ar, possuindo a exclusividade de emissão de avisos de mau tempo de carácter meteorológico, às entidades públicas e privadas;
- b) Promover e assegurar o estudo e a formação a nível nacional e internacional nos domínios da meteorologia, sismologia e da qualidade do ar;
- c) Assegurar a prestação de serviços nos domínios da meteorologia, sismologia e da qualidade do ar aos diferentes agentes socioeconómicos, nacionais e internacionais;
- d) Promover o desenvolvimento das relações internacionais e de cooperação nos domínios de meteorologia, sismologia e da qualidade do ar, assim como as mudanças climáticas de forma geral;
- e) Instrução do pessoal técnico de meteorologia;
- f) A prossecução ou coordenação das diligências necessárias para o cumprimento dos compromissos internacionais de carácter técnico e científico, assumidos pela nação no campo da meteorologia.

**Artigo 3.º
Competência**

Para o desempenho das suas atribuições compete ao INM:

- a) Planear e instalar estações meteorológicas com carácter permanente ou temporário, no território nacional, e assegurar o seu funcionamento;
- b) Coordenar e apoiar a instalação das estações de observação meteorológicas de outras entidades oficiais ou particular em território nacional;

- c) Promover a aquisição e reparação dos instrumentos meteorológicos destinadas às estações referidas na alínea a) deste artigo e eventualidade das referidas na alínea b);
- d) Registrar, recolher, arquivar, tratar, publicar e divulgar os resultados das observações;
- e) Instalar e assegurar o funcionamento de um centro de análise e previsão meteorológica para fins gerais e para fins específicos julgados convenientes;
- f) Elaborar e difundir comunicados com as informações sobre os fenómenos meteorológicos, assim como previsões do tempo para fins gerais e específicos;
- g) Executar estudos no domínio da meteorologia, de forma a dar satisfação as necessidades nacionais e aos compromissos internacionais e contribuir para o desenvolvimento científico naquele domínio;
- h) Coordenar e apoiar tecnicamente os estudos e trabalhos relacionados com a meteorologia efectuados por outras entidades;
- i) Reunir e promover a publicação dos estudos e trabalhos de meteorologia de reconhecido interesse;
- j) Recrutar o seu pessoal e promover a sua instrução;
- k) Assegurar a unidade de orientação e métodos nos estudos e trabalhos no domínio da meteorologia no território nacional, elaborando instruções, fixando terminologia e estabelecendo normas;
- l) Promover a realização de reuniões em que participem utilizadores e/ou representantes de outros serviços públicos com vista a aumentar a eficiência do serviço;
- m) Promover a participação de técnicos nacionais nos estudos e difusão da problemática das mudanças climáticas, suas consequências e medidas de adaptação, assim como o seguimento do processo de negociação ao nível internacional.

Artigo 4.º

Fornecimento de Informações Meteorológicas

1. O fornecimento de informações, previsões e avisos de carácter meteorológico às entidades públicas e particulares é da competência exclusiva do INM.
2. Os outros serviços ou entidades só poderão publicar informações meteorológicas fornecidas ou aprovadas

pelo INM ou extraídas das publicações deste com a indicação da origem dessas mesmas informações.

3. O INM fornecerá aos estabelecimentos militares e aos serviços oficiais interessados as informações meteorológicas eventuais que forem solicitadas pelos comandos e direcções superiores desses estabelecimentos e serviços.

4. Para que possam ser tomadas as medidas de precaução adequadas os avisos de mau tempo serão comunicadas directamente à Capitania do porto de S. Tomé, à Delegação do Príncipe e à Comunicação Social, Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Artigo 5.º

Relação em outros serviços ou entidades, e facilidades especiais

1. Para o bom desempenho das atribuições que lhe são cometidas pelo presente diploma, o INM continuará a sua acção com outros serviços e/ou entidades, que se interessem pela meteorologia.

2. Sempre que se mostre necessário o INM contactará com os referidos serviços ou entidades com o objectivo de adquirir e permutar conhecimentos e experiências sobre todos os assuntos da sua especialidade e, ainda em casos especiais e mediante autorização ministerial, com vista à realização dos estudos, inquéritos ou outros trabalhos de carácter eventual.

3. O INM relacionar-se-á, directa e permanente, com a Organização Meteorológica Mundial relativamente a questões de carácter técnico e científico no campo da meteorologia.

4. Os aparelhos, viaturas, instrumentos, materiais, publicações e artigos importados pelo Instituto Nacional de Meteorologia para a instalação e manutenção dos seus estabelecimentos e seu funcionamento, serão isentos de direitos e outras imposições aduaneiras, mediante despacho do Ministro do Plano e Finanças sobre informação da Direcção das Alfândegas.

Capítulo II Orgânica Geral

Divisão I Disposições Comuns

Artigo 6.º

Estrutura geral do INM

1. O INM compreenderá:

- a) Órgãos;
- b) Departamentos técnicos;
- c) Estabelecimentos;
- d) Delegação Regional do Príncipe.

2. São órgãos do INM:

- a) O Presidente;
- b) O Conselho de Administração;
- c) O Conselho Geral (técnico- científico).

3. São departamentos técnicos do INM:

- a) O departamento da exploração e rede, departamento das aplicações;
- b) A secretaria (sector administrativo e financeiro)

4. Os estabelecimentos do INM compreendem o Edifício Central, os centros meteorológicos, estações e postos necessários à execução dos serviços a seu cargo.

5. A Delegação Regional do Príncipe, é um serviço descentralizado de nível de departamento que desenvolverá as suas actividades na dependência directa do Presidente e em articulação orgânica e funcional com os diferentes serviços centrais.

Divisão II
Órgãos
Secção I

Artigo 7.º
O Presidente

1. O Presidente é órgão executivo singular que representa o INM e a quem compete dentro da orientação estabelecida pelo Governo e perfeita articulação com os restantes órgãos do Instituto, nos termos da Lei e do presente Estatuto assegurar a gestão corrente, a orientação e a coordenação das actividades do INM.

Artigo 8.º
Competência

1. Ao Presidente do INM compete especialmente o seguinte:

- a) Presidir ao Conselho Geral e coordenar a actividade da instituição e dirigir superiormente os seus serviços;
- b) Assegurar as relações do INM com o Governo assim como a gestão do Instituto;
- c) Assegurar o funcionamento do INM dentro da orientação definida pelo Governo, conselho de gestão no âmbito das suas competências;
- d) Promover a execução das deliberações que vinculem o INM;
- e) Assegurar a representação do INM junto de outros serviços e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, nomeadamente Organização Meteorológica Mundial junto da qual é designa-

do Representante Permanente de São Tomé e Príncipe.

Secção II
Conselho de Gestão (Administração)

Artigo 9.º
Conceito

O Conselho de Administração é um órgão de gestão do INM com a competência definida no artigo 12.

Artigo 10º
Constituição

O Conselho de Administração é constituído pelos seguintes elementos do INM.

- a) Presidente que o preside;
- b) O responsável pelo departamento técnico (vogal para área técnica);
- c) O responsável administrativo e financeiro (vogal para área administrativa).

Artigo 11.º
Competência

Ao Conselho de Administração compete:

- a) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam cometidos pelo Presidente;
- b) Aplicar, ouvido o Conselho Geral, penas disciplinares em conformidade e na competência que lhe venha a ser delegado;
- c) Autorizar, para além da competência legal do Presidente e em conformidade com a competência que lhe venha a ser delegada, no âmbito do orçamento ordinário, despesas com a obra ou com aquisição de material, bem como autorizar despesas de idênticas natureza com dispensa de realização de concursos e de celebração de contrato escrito;
- d) Exarar nos processos de movimento de pessoal despacho subsequentes a abertura de concursos, admissão, nomeação, promoção ou transferência, designadamente a homologação das actas dos júris e das listas de classificação e provimento de vagas;
- e) Conceder licenças a funcionários com excepção da licença ilimitada e licença sem vencimento.
- f) Autorizar os funcionários a tomarem posse em local diferentes daquele em forem colocados.

Artigo 12.º

Delegação de Competência

Para além das atribuições referidas no artigo anterior, o Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais poderá delegar no Conselho de Administração outras funções que a lei lhe permita delegar nos Presidentes.

Artigo 13.º

Funcionamento

1. O Conselho de Administração só poderá tomar deliberações com a presença de, pelos menos dois dos seus membros.

2. Nos casos em que o Conselho de Administração reúna com apenas dois membros o Presidente terá voto de qualidade.

3. O Conselho de Administração reunirá:

- a) Ordinariamente, uma vez por mês;
- b) Extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou a pedido de qualquer dos seus membros.

4. Todas as reuniões serão secretariadas por um funcionário do INM para o efeito designado pelo Presidente.

5. As deliberações constarão de acta de reunião em que foram tomadas e só por elas podem ser aprovadas.

6. As actas podem ser aprovadas:

- a) No final da reunião;
- b) Na reunião seguinte.

7. As actas são assinadas por todos os membros presentes às reuniões a que respeitam e podem ser exaradas:

- a) Em livro próprio;
- b) Em folhas soltas, que serão arquivadas por ordem cronológicas.

8. Sem prejuízo no disposto no presente diploma e seus regulamentos as normas de funcionamento interno do conselho de administração poderão por este ser estabelecidas, carecendo de aprovação do Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais.

Sessão III Conselho Geral

Artigo 14.º

Conceito

O Conselho Geral é um órgão consultivo de coordenação, planeamento e controlo do INM.

Artigo 15.º

Constituição

O Conselho Geral será constituído pelos seguintes elementos do INM:

- a) Presidente do INM será quem o preside;
- b) Um Meteorologista a designar pelo Presidente;
- c) O responsável pelo sector administrativo e financeiro;
- d) Os responsáveis pelos departamentos técnicos do INM;
- e) Delegado do INM no Príncipe.

2. A composição do Conselho Geral poderá ser alterada por despacho do Ministro das Obras Públicas e dos Recursos Naturais.

3. O Presidente pode convidar a participar nas reuniões do Conselho Geral o Delegado Regional do INM no Príncipe.

Artigo 16.º

Competência

Ao Conselho Geral compete pronunciar-se sobre:

- a) Os planos de actividade do serviço, anuais ou plurianuais e o orçamento relativo a cada ano, submetendo-os a aprovação superior;
- b) O relatório anual de interesse para o INM;
- c) Quaisquer assunto de interesse para o INM, podendo emitir parecer ou recomendações que considere conveniente;
- d) A revisão fundamentada de dotação do pessoal do INM;
- e) Os regulamentos dos concursos e dos cursos de formação do pessoal;
- f) Propostas de realização de cursos de formação profissional;
- g) Quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente, pelos restantes órgãos do INM ou por qualquer dos membros do próprio Conselho Geral.

Artigo 17.º

Funcionamento

1. O Conselho Geral só poderá deliberar com a presença de, pelo menos dois terços dos seus membros, cabendo ao seu respectivo Presidente.

2. Nos casos em que o Conselho Geral reúna com apenas dois terços dos seus membros o Presidente terá voto de qualidade.

3. O Conselho Geral reunirá:

- a) Ordinariamente duas vezes por ano;
- b) Extraordinariamente, mediante convocação do Presidente, por iniciativa deste ou a pedido de, pelo menos, um terço dos seus membros.

4. Todas as reuniões serão secretariadas por um funcionário do INM, para o efeito designado pelo Presidente.

Artigo 18.º

1. Os departamentos técnicos compreendem:

- a) Departamento de exploração e rede;
- b) Departamento das aplicações;
- c) Delegação Regional do Príncipe.

2. Departamento de exploração e rede que se ocupa das observações meteorológicas e previsão, sector aeronáutico, marítimo e grande público agrupa:

- a) Centro meteorológico de S. Tomé e as estações que compõem a rede de S. Tomé;
- b) Atelier de manutenção.

3. Departamento das aplicações agrupa:

- a) Climatologia;
- b) Agro meteorologia;
- c) Hidrologia;
- d) Meteorologia marítima;
- e) Radiação;
- f) Meteorologia ambiental.

4. Delegação Regional do Príncipe agrupa os seguintes serviços:

- a) Estação do aeroporto;
- b) Estação sinóptica;
- c) Estações climatológicas.

Subsecção II

Competência dos Departamentos Técnicos

Artigo 19.º

Competência dos responsáveis dos Departamentos Técnicos

1. Cada departamento técnico terá um responsável designado pelo Presidente ouvido o Conselho Geral, coadjuvado pelos deferentes responsáveis das secções a quem compete, em especial:

- a) Assegurar o funcionamento do departamento, promovendo a execução das decisões superior;
- b) Estabelecer as relações orgânicas dos departamentos com o Presidente e o conselho de administração;
- c) Participar nos trabalhos do Conselho Geral e do Conselho de Gestão quando for caso disso;
- d) Propor a realização de cursos de formação profissional e submeter a parecer do Conselho Geral.

2. Além do referido no número antecedente compete mais o seguinte aos responsáveis pelos departamentos abaixo indicados:

- a) O responsável do departamento de exploração e rede será o Chefe da Estação Sinóptica da rede internacional e do Centro Meteorológico Principal;
- b) O responsável do departamento das aplicações será o Chefe da Estação Climatológica, Agro meteorológica, hidrológica, meteorologia marítima, radiação e protecção do ar.

Artigo 20.º

Competência dos departamentos técnicos em geral

Compete aos departamentos em geral:

- a) Coordenar tecnicamente e propor medidas de política departamental em geral;
- b) Satisfazer consulta e preparar documentos oficiais solicitados;
- c) Preparar a publicação dos estudos, boletins e outros trabalhos executados;
- d) Colaborar na instrução do pessoal do INM;
- e) Representar o INM, com a aprovação do conselho de gestão, nos organismos e nas reuniões de carácter nacional e internacionais interessados em assuntos de meteorologia, sendo a referida representação nos casos em que os assuntos em consideração envolvem vários departamentos, definida pelo Conselho Geral, sob proposta dos responsáveis dos departamentos em cujos domínios estejam incluídos os citados assuntos.

Artigo 21.º

Departamento de Exploração e Rede

Ao departamento de exploração e rede compete em especial:

- a) Promover a instalação e manutenção das redes de observação meteorológica, de superfície de altitude, e assegurar o seu eficiente funcionamento, de forma a dar satisfação às necessidades nacionais e aos compromissos assumidos internacionalmente neste campo;
- b) Recolher, verificar, registar e arquivar os resultados das observações meteorológicas;
- c) Proceder ao registo histórico das estações meteorológicas;
- d) Definir normas e métodos de observação e assegurar o seu cumprimento;
- e) Proceder ao tratamento dos resultados das observações meteorológicas de modo a permitir a sua publicação e utilização por outros departamentos e entidades;
- f) Satisfazer os pedidos de informação sobre os resultados das observações meteorológicas;
- g) Estudar o ramo atmosférico do ciclo hidrológico;
- h) Colaborar em estudos de gestão de recursos hídricos;
- i) Interpretar os resultados das observações de precipitação e da evaporação;
- j) Elaborar previsões e avisos hidrometeorológicos e promover a sua difusão.
- k) Elaborar previsões e avisos de interesse para as actividades marítimas e promover a sua difusão;
- l) Organizar os serviços de análise e previsão do tempo de forma a satisfazer as necessidades nacionais;
- m) Elaborar comunicados com resultados da análise das condições meteorológicas, assim como previsão do tempo e avisos de mau tempo, e promover a sua difusão;
- n) Estabelecer, actualizar e garantir a normalização e cumprimento dos procedimentos e técnicas da meteorologia aeronáutica em estreita cooperação

com os organismos, nacionais e internacionais competentes:

- o) Assegurar o funcionamento dos centros meteorológicos para a aeronáutica;
- p) Elaborar estudos de climatologia aeronáutica;

Artigo 22.º

Departamento das Aplicações

Ao departamento de climatologia e de meteorologia agrícola compete, em especial:

- a) Analisar e interpretar os resultados das observações meteorológicas de superfície e de altitude, para uma definição clara e consistente das condições climáticas e sua evolução;
- b) Realizar estudos climatológicos a nível nacional e local;
- c) Satisfazer os pedidos de informação sobre os elementos climatológicos cujos valores não possam ser obtidos directamente dos arquivos dos resultados das observações;
- d) Elaborar estudos agro meteorológico;
- e) Elaborar os estudos micro meteorológicos e micro climáticos de interesse para a agro-pecuária;
- f) Planear, desenvolver e coordenar redes de observações fonológicas e promover o seu funcionamento;
- g) Analisar os resultados das observações fonológicas e promover a sua difusão.
- h) Assegurar o funcionamento da biblioteca do INM;
- i) Elaborar previsões e avisos de interesse para as actividades marítimas e promover a sua difusão;
- j) Difundir avisos de mau tempo para salvaguarda das vidas e haveres dos pescadores e da navegação marítima;
- k) Elaborar estudos com vista à localização de zonas férteis de pesca.
- l) Analisar e interpretar os resultados das observações actinométricas;
- m) Elaborar estudos de radiação e turvação da atmosfera e suas relações com o clima;
- n) Estudar as condições meteorológicas e climatológicas com interesse na protecção da qualidade do ar;
- o) Executar peritagens meteorológicas para protecção do ambiente;

- p) Elaborar previsões e avisos de condições desfavoráveis à dispersão de poluentes do ar, e promover a sua difusão.

Secção II Secretaria

Artigo 23.º Conceito

A secretaria do INM é o departamento que assegura o apoio burocrático e administrativo indispensável ao funcionamento daquele, dentro da orientação estabelecida superiormente.

Artigo 24.º Competência do responsável pela Secretaria

A secretaria terá um responsável que será o funcionário administrativo mais categorizado ali colocado e a quem compete, em especial:

- a) Assegurar o funcionamento da Secretaria promovendo a execução das decisões superiores;
- b) Estabelecer as relações orgânicas da secretaria com o Presidente e o conselho de gestão;
- c) Participar nos trabalhos do conselho de gestão e do Conselho Geral;
- d) Garantir o aprovisionamento geral do INM.

Divisão IV Estabelecimentos

Artigo 25.º Instalação e Funcionamento

1. As estações meteorológicas da rede internacional e os centros meteorológicos disporão do pessoal permanente e das instalações correspondentes à natureza e extensão dos trabalhos que lhes incumbem.

2. O Chefe da estação Sinóptica do Príncipe da rede internacional, que é o Delegado Regional, será o funcionário mais categorizado ali colocado.

3. As estações, postos climatológicos e udométricos serão confiados a pessoas de reconhecida competência e probidade.

4. Os dirigentes dos estabelecimentos civis e militares, facilitarão a instalação de estações e postos, a conservação e protecção do material instalado, a execução das observações e a inspecção e fiscalização do serviço.

5. As entidades oficiais ou particulares, interessadas no conhecimento das condições meteorológicas de determinada região ou local facilitarão a instalação e o

funcionamento de estações e postos e fornecerão o material e pessoal para o efeito necessários, sendo aquelas instalações incluídas nas redes de observação do INM, funcionando como se a estas pertencessem e as observações nela feitas apuradas e fornecidas aquelas entidades.

Capítulo III Cursos de formação técnica

Divisão I Generalidades

Artigo 26.º Finalidades e local do Funcionamento

1. Com vista à formação e preparação do pessoal técnico, funcionarão no INM cursos de formação para as diversas categorias deste pessoal.

2. Quando não houver instrutores qualificados no INM poder-se-á recorrer a serviços meteorológicos estrangeiros para a realização de alguns destes cursos.

3. A realização dos cursos referidos em 1 e 2 dependerá de autorização ministerial.

Artigo 27.º Duração, Divisão e orientação dos cursos de Formação Técnica

Os cursos de formação que forem ministrados no INM terão duração variável com o tipo de curso, e serão divididos em dois períodos de duração igual subordinados à orientação seguinte:

- a) Primeiro período: essencialmente orientado no sentido de possibilitar a aquisição dos conhecimentos básicos indispensáveis ao exercício das funções correspondentes às respectivas categorias;
- b) Segundo período: essencialmente orientado com o objectivo de adaptação ao exercício prático daquelas mesmas funções.

Divisão II Admissão e Exclusão dos cursos de Formação Técnica

Artigo 28.º Modo de Admissão aos cursos de Formação Técnica

A admissão aos cursos de formação efectuar-se-á através de concurso documental a que poderão candidatar-se os indivíduos que satisfaçam às condições para o efeito exigidas.

Artigo 29.º

Admissão aos cursos de Formação Técnica de indivíduos não funcionários

Os candidatos não funcionários serão admitidos aos cursos de formação como estagiários.

Artigo 30.º**Admissão aos cursos de Formação Técnica de indivíduo funcionário**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 35º, os funcionários do INM, enquanto frequentarem os cursos de formação, considerar-se-ão, para todos os efeitos legais, como se encontrassem em serviço efectivo na categoria que possuam, conservando o direito ao lugar de origem que, no entanto, poderá ser interinamente provido quando absolutamente indispensável ao bom funcionamento do serviço.

2. A admissão dos funcionários aos cursos de formação depende de autorização a conceder pelo Conselho Geral do INM.

Artigo 31.º**Exclusão dos cursos de Formação Técnica**

1. Os frequentadores dos cursos que não acompanhem com assiduidade e aproveitamento o curso de formação que frequentarem poderão ser deste dispensados em qualquer altura do seu decurso se:

- a) Derem mais que 4 faltas por mês mesmo por motivo justificado durante o primeiro período do curso;
- b) Não tiverem aproveitamento em três provas de apuramento seguidas ou em quatro alternadas;
- c) Não derem mostras do espírito de disciplina revolucionária indispensável à função a que se destinam.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os frequentadores dos cursos que não obtiverem aproveitamento no primeiro período do curso de formação a que foram admitidos não poderão frequentar o segundo período do curso.

3. Os funcionários excluídos dos cursos de formação nos termos deste artigo regressarão à situação em que se encontravam, com observância do disposto no n.º 1 do artigo 33.

Divisão III**Abonos dos frequentadores dos cursos de Formação Técnica****Artigo 32º****Abono dos Estagiários**

Enquanto frequentarem os cursos de formação os estagiários terão direito a um subsídio mensal correspondente aos vencimentos auferidos mensalmente pelos funcionários públicos, nos termos e quantitativos fixados a este diploma, que fica a constituir parte integrante do mesmo.

Artigo 33.º**Abonos dos funcionários**

1. Os funcionários do INM terão direito ao vencimento correspondente à categoria que possuam ou de quantitativo igual ao subsídio mensal atribuído aos estagiários pela frequência do mesmo curso, no caso de aquele ser inferior a este.

2. Os funcionários referidos no número anterior quando frequentem pela primeira vez qualquer dos cursos de formação de pessoal técnico referidos neste diploma e estes funcionem em localidade diversa daquela onde se encontrem colocados, terão sempre direito ao pagamento das passagens de ida e de regresso.

3. Os mesmos funcionários terão ainda direito a outros abonos que lhes sejam devidos nos termos da lei, pela sua qualidade de funcionários.

Divisão IV**Espécies de Forma de Admissão dos cursos de Formação Técnicos****Artigo 34.º****Espécies de cursos de Formação Técnica e duração de cada um dos períodos**

No INM poderão funcionar cursos de formação técnica para as categorias de Observador meteorológico (técnicos de meteorologia) com a duração de 2 períodos de 9 meses cada.

Artigo 35.**Admissão aos cursos de Formação para Meteorologista**

1. Aos cursos de formação para meteorologista poderão ser admitidas os indivíduos habilitados com o Curso de Observadores meteorológicos (técnicos de meteorologia) ou curso médio de matemática e Física.

Artigo 36.º**Admissão aos cursos de Formação para Observador Meteorológico**

1. Aos cursos de formação para observador meteorológico poderão ser admitidas os indivíduos habilitados

com 11ª classe ou equivalente incluindo as disciplinas de Matemática e de Ciência Física - Química.

2. Na admissão ao mesmo curso serão reservadas, pelo menos 75% das vagas existentes para o pessoal de apoio técnico e auxiliar do INM, desde que estes satisfaçam ao condicionalismo exigido em número antecedente.

Capítulo IV Pessoal

Divisão I Pessoal do quadro

Secção I Disposições Comuns

Artigo 37.º Classificação do pessoal

1. O pessoal do INM é o constante do quadro I anexo a este diploma que fica a constituir parte integrante do mesmo, e agrupa-se de harmonia com a classificação seguinte:

- a) Pessoal dirigente;
- b) Pessoal técnico;
- c) Pessoal administrativo;
- d) Pessoal de apoio técnico e auxiliar.

2. Sempre que as necessidades do INM o justifiquem, a dotação do pessoal constante do quadro I referido no número antecedente, poderá ser revista por despacho do Ministro de Tutela.

Artigo 38.º Admissão de pessoal

1. Os lugares do quadro serão preenchidos à medida das necessidades do Serviço, de harmonia com as disposições legais.

2. Salvo os casos exceptuados no presente diploma admissão no quadro processar-se-á pela classe mais baixa da respectiva categoria.

3. O provimento do pessoal dirigente será sempre a título transitório.

Artigo 39.º Colocação do pessoal

1. A colocação do pessoal será feita tendo em conta seguinte:

- a) As necessidades e conveniências do Serviço;
- b) As aptidões do pessoal.

2. Os funcionários que forem colocados, sem ser a seu pedido, em localidade diferente daquela onde prestam serviço terão direito as passagens para si e sua família.

Artigo 40.º Mobilidade

1. Os funcionários da Administração Pública Central, de institutos públicos e de autarquias locais, bem como os trabalhadores das empresas públicas, podem ser chamados a desempenhar funções no INM em regime de comissão de serviço, mantendo todos os directos inerentes ao seu quadro de origem, incluindo os benefícios de aposentação ou reforma e sobrevivência, considerando-se todo o período da comissão como serviço prestado no seu quadro de origem.

2. Os trabalhadores do quadro do INM podem ser chamados a desempenhar funções no Estado, em institutos públicos ou em autarquias locais, bem como em empresas públicas, em comissão de serviço, mantendo todos os directos inerentes ao seu quadro de origem, considerando-se todo o período da comissão como serviço prestado no seu quadro de origem.

Artigo 41.º Fundo Social

1. No âmbito das acções de natureza social do INM, existe um fundo social com consignação de verbas que o Conselho de Administração delibere atribuir-lhe, de forma a assegurar o preenchimento das respectivas finalidades.

2. O fundo social é regido por regulamento aprovado pelo Conselho de Administração e é gerido por uma comissão nomeada pelo mesmo conselho, com poderes delegados para o efeito, que inclui representantes de trabalhadores do INM.

Secção II Pessoal dirigente

Artigo 42.º Recrutamento e provimento do pessoal dirigente

1. O recrutamento do pessoal dirigente far-se-á pela forma seguinte:

- a) Presidente: nomeado nos termos da lei, por despacho do Primeiro -ministro, mediante posposta do Ministro Tutelar entre os meteorologistas (antigos classes I e II da OMM) do quadro com mais de 3 anos de serviço na categoria.

- b) Responsáveis de departamento: por indigitação do Presidente, ouvido o Conselho Geral, a menos que outra coisa seja ainda dita especificamente no presente diploma, dentre os meteorologistas (antigos classe I e II da OMM) do quadro do pessoal.
- c) O provimento do pessoal dirigente far-se-á em comissão de serviço por um período de três anos, renováveis, não devendo ultrapassar 2 períodos.
- d) As comissões de serviço poderão ser dadas por findas, antes do seu termo, pela forma seguinte:
 - 1) **Presidente:** pelo Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais;
 - 2) **Responsáveis de Departamento:** pelo Presidente, ouvido o Conselho Geral.
- e) O indivíduo provido em comissão de serviço no lugar de Presidente, não abrirá vaga no quadro a que pertence, podendo o Serviço prover, interinamente, o respectivo lugar. Finda a comissão regressará ao lugar de origem e cessará o provimento interino deste lugar feito na sua ausência.

Secção III Pessoal Técnico

Artigo 43.º

Recrutamento do pessoal de meteorologia

1. Será recrutado através de concurso documental o pessoal técnico indicado a seguir:

- a) Meteorologistas (antigos classes I e II da OMM);
- b) Observadores meteorológicos (antigos classes III e IV da OMM)

2. Os concursos serão abertos após a necessidade de Meteorologistas e Observadores meteorológicos no quadro do INM, podendo candidatar-se os indivíduos que tenham concluído com aproveitamento os cursos respectivos.

3. Os lugares de meteorologista chefe, meteorologista principal, meteorologista de 1ª classe e de meteorologista 2ª classe serão providos por promoção por antiguidade de entre os indivíduos seguintes:

- a) Meteorologista - chefe: de entre os meteorologistas principais do INM com, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço prestado nesta categoria;
- b) Meteorologista - principal: de entre os meteorologistas de 1ª classe do INM com, pelo menos

três anos de bom e efectivo serviço prestado nesta categoria;

- c) Meteorologista de 1ª classe: de entre os Meteorologistas de 2ª classe do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado nesta categoria;
- d) Meteorologista de 2ª classe: de entre os Meteorologistas de 3ª classe do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado nesta categoria;
- e) Meteorologista de 3ª classe: desde que possuam o curso de Meteorologista (antigos classe I ou II da OMM).

4. Os lugares de observador meteorológico chefe, observador meteorológico principal, observador meteorológico de 1ª classe, observador meteorológico 2ª classe e de observador meteorológico de 3ª classe, serão providos por promoção por antiguidade de entre os indivíduos seguintes:

- a) Observador meteorológico - chefe: de entre os observadores meteorológicos - principal do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado na categoria;
- b) Observador meteorológico - principal: de entre os observadores meteorológicos de 1ª classe do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado na categoria;
- c) Observador meteorológico de 1ª classe: de entre os Observadores meteorológicos de 2ª classe do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado na categoria.
- d) Observador meteorológico de 2ª classe: de entre os Observadores meteorológicos de 3ª classe do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado nesta categoria;
- e) Observador meteorológico de 3ª classe: desde que possuam o curso de Observador meteorológico (técnicos de meteorologia), antigos classes IV e III da OMM.

Secção IV

Artigo 44.º

Recrutamento do pessoal de secretaria

1. O recrutamento dos oficiais de secretaria far-se-á por concurso documental entre os indivíduos indicados no número seguinte.

2. Os primeiros-oficiais serão recrutados de entre os segundos - oficiais do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado na categoria.

3. Os segundos - oficiais serão recrutados de entre os terceiros - oficiais do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado na categoria.

4. Os terceiros -oficiais serão recrutado de entre os:

- a) Indivíduos que possuam 11ª classe ou habilitação equivalente;
- b) Auxiliares Administrativos do INM que contém, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço prestado na categoria e habilitação legalmente exigida.

5. Não havendo segundos ou terceiros oficiais do INM com, pelo menos três anos de bom e efectivo serviço, e se as necessidades de Serviço o exigirem, poderão ser admitidos aos concursos de prestação de provas para primeiro e segundo oficiais, segundos ou terceiros oficiais, respectivamente, com qualquer tempo de serviço pertencentes ou não ao quadro do INM.

Secção V

Pessoal de apoio Técnico e Auxiliar

Artigo 45.º

Recrutamento de Arquivistas

O recrutamento de arquivistas far-se-á por concurso de prestação de provas, a que poderão candidatar-se os indivíduos com 11ª classe ou equivalente.

Artigo 46.º

Recrutamento de Técnicos de manutenção

O recrutamento de pessoal de manutenção de Instrumentos meteorológicos electrónicos e de precisão, far-se-á por concurso documental.

Artigo 47.º

Recrutamento de Auxiliar

O recrutamento dos auxiliares, far-se-á por escolha do conselho de gestão de entre os candidatos com a escolaridade obrigatória, tendo em conta as suas habilitações e aptidões.

Divisão II

Outro pessoal

Artigo 48.º

Pessoal contratado além do quadro

1. Quando se reconheça ser indispensável poderá o INM admitir temporariamente pessoal além do quadro em regime de contrato ou de assalariamento.

Capítulo V

Prestação de serviço

Artigo 49.º

Duração normal de serviço semanal

1. A duração normal de serviço semanal de todo o pessoal do INM é a que estiver em vigor para o pessoal da função pública, salvo para o pessoal que trabalha de forma efectiva em regime de turnos que inclua domingos e feriados oficiais, para os quais a duração semanal de trabalho será de trinta e seis horas.

2. A escala de serviço por turnos será mensal.

Artigo 50.º

Serviço nocturno

1. O trabalho prestado pelo pessoal do INM entre as 20 e as 8 horas do tempo legal (trabalho nocturno) dá direito às gratificações (subsídio Nocturno) que será estabelecido de acordo com a Lei.

2. As gratificações por trabalho nocturno referidas no nº1 deste artigo são acumuláveis com quaisquer outras gratificações, subsídios ou abonos, incluindo as remunerações por trabalho extraordinário.

Artigo 51.º

Serviço Extraordinário

1. Quando as necessidades de serviço imperiosamente o exigirem, poderá haver lugar à prestação de serviço extraordinário dentro dos limites seguintes, calculados sobre a remuneração normal da hora de trabalho;

a) Em dias úteis:

- Depois das 15 e até às 18 horas: mais 25%;
- Depois das 18 e até às 20 horas: mais 50%;
- Depois das 20 e até às 07 horas: mais 100%

b) Aos Sábados:

- Até às 12 horas: mais 50%;
- Depois das 12 horas: mais 100%;

c) Aos Domingos e Feriados Nacionais:

- Até às 12 horas: mais 150%;
- Depois das 12 horas: mais 200%;

2. O abono será feito em face de notas extraídas do Livro de Ponto dos serviços extraordinários, no qual se notará, dia a dia, o número de horas de serviço prestado por cada funcionário.

3. O cálculo das percentagens referidas no número 1 será efectuado sobre o vencimento base.

4. Para efeito do calculo a que se refere o numero anterior, considerar-se-á de seis horas o dia normal de trabalho e de 30 dias o mês normal de trabalho para os funcionários que fazem turnos, e oito horas o dia normal de trabalho e de 30 dias o mês normal de trabalho para os restantes funcionários.

Capitulo V I

Gestão Financeira e Patrimonial

Artigo 52º.

Gestão Financeira e patrimonial

1. A gestão de INM realiza-se de forma a assegurar a prossecução das suas atribuições e o equilíbrio financeiro, com respeito pelos seguintes princípios:

- a) Fixação de preços pelos serviços a prestar, que permita a efectiva cobertura do custo real;
- b) Adopção de uma gestão previsional por objectivos;
- c) Primazia pela realização de investigação sob contrato; e
- d) Subordinação da realização de actividades de investigação básica aos meios financeiros disponíveis e, nomeadamente, ao grau de risco e provável taxa de rendibilidade.

2. Para concretização dos princípios enunciados no número anterior, o INM utiliza os seguintes instrumentos de avaliação, e controlo:

- a) Planos de actividades anuais e plurianuais com definição de objectos e respectivos planos de acção, devidamente qualificados;
- b) Orçamento anual;
- c) Relatório anual de actividades;
- d) Conta de gerência e relatórios financeiros; e
- e) Balanço Social.

Artigo 53º.

Receitas

Constituem receitas do INM, para além das dotações que lhe são atribuídas pelo Orçamento do Estado:

- a) As quantias que lhe sejam devidas em resultado do exercício da sua actividade, nomeadamente as cobradas pelos serviços prestados pela protecção meteorológica à navegação aérea ou outros;

- b) O valor a cobrar pela emissão de certidões e outros valores de natureza pecuniária que, por lei lhe sejam considerados;
- c) O Produto da venda de edições, publicações ou outro material por si editado;
- d) As verbas devidas pela outorga de contratos de prestação de Serviços, nomeadamente os resultados da realização de estudos e outros trabalhos de carácter técnico e científico;
- e) As subvenções, comparticipações quotizações, doações e legados concedidos por qualquer entidades, públicas ou privadas, dependendo a respectiva aceitação de autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças;
- f) Quaisquer outras receitas não compreendidas nas alíneas anteriores que lhe sejam atribuídas por lei, acto ou contrato; e
- g) Remunerações de depósitos e outras aplicações financeiras.

Artigo 54º.

1. Constituem despesas do INM:

- a) Os encargos de funcionamento no cumprimento das suas atribuições e exercícios das suas competências;
- b) As despesas com o Pessoal;
- c) Os custos de aquisição, manutenção e conservação de bens, equipamentos e serviços necessários para a prossecução das suas atribuições;
- d) Os encargos com aquisição de serviços de consultoria e investigação nos domínios da meteorologia, da climatologia e da geofísica, quer directos, quer sob a forma de apoio a outras entidades do sector; e
- e) Outros encargos que se mostrem necessários ao desenvolvimento das suas actividades.

2. Na realização das despesas são respeitados os condicionamentos e imperativos decorrentes do orçamento e plano aprovados bem como as prioridades que excepcionalmente vierem a ser fixadas.

3. Sem prejuízo das necessidades de assegurar o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, tem-se como regra essencial de gestão das dotações de despesas a minimização dos custos para o máximo de eficiência dos meios em execução.

Artigo 55º.

Pagamentos

1. Os pagamentos são efectuados, em regra, por meio de cheques, que são entregues em troca dos respectivos recibos devidamente legalizados.

2. Os cheques são sempre nominativos e assinados pelo Presidente, pelos membros de Conselhos de Administração.

3. A competência a que alude o número 2 pode ser delegada pelo Conselho de Administração, que fixa os titulares das demais assinaturas.

Artigo 56.º

Sistema da Contabilidade

1. A contabilidade do INM deve adequar-se às necessidades da respectiva gestão, permitir um controlo orçamental permanente e, bem assim, a fácil verificação da relação existente entre os valores patrimoniais e financeiros e os correspondentes elementos contabilísticos.

2. Para a satisfação das necessidades referidas no número anterior, o INM aplica o plano de contabilidade em vigor para os institutos públicos, adaptando as suas realidades específicas e, fundamentalmente, como um instrumento de gestão.

3. O sistema de contas deve ser complementado pela contabilidade analítica, afim de se proceder ao apuramento dos custos da participação de cada unidade de orgânica na estrutura de custos de cada serviço.

Artigo 57.º

Património

1. Constitui património do INM a universalidade dos bens na sua titularidade e ainda os bens, direitos e obrigações que receba ou contraia qualquer título para o exercício da sua actividade própria.

2. O INM administra e dispõe livremente, nos termos dos presentes Estatutos, dos bens que constituem o seu património, sem sujeição às normas relativas ao domínio privado do Estado.

3. INM administra os bens do domínio privado público que forem ou vierem a ser afectados á sua actividade, devendo manter actualizado o respectivo cadastro.

4. O INM não pode, contudo, alienar os edifícios que lhe tenham sido destinados ou cedidos pelo Estado para a instalação dos serviços que lhe próprios.

5. O INM pode aceitar quaisquer doações ou legados, parecendo de autorização da entidade de superintendência, quando daí resultem encargos.

6. Pela dívida do INM responde apenas o respectivo património.

Artigo 58.º

Controlo Financeiro

A actividade financeira do INM está sujeita a fiscalização da Inspecção -Geral de Finanças, bem como à auditoria anual solicitada pelo Presidente ou determinada pela entidade de superintendência, bem como aos demais controlos previstos na Lei.

Artigo 59.º

Fiscalização

Os actos e contratos celebrados pelo INM seguirão o regime constante da Lei de licitação e contratação pública, sendo, no entanto, obrigatório a apresentação do relatório e contas de gerências para efeitos de julgamento.

Capítulo VII

Superintendência

Artigo 60.º

Superintendência

1. O INM fica sob superintendência do membro Governo responsável pelo sector do Ambiente.

2. Compete à entidade de superintendência:

- a) Orientar superiormente a actividade do INM, indicando-lhe as metas, objectivos, estratégias e critérios de oportunidade político-administrativa, enquadrando-o sectorialmente e globalmente na Administração Pública;
- b) Homologar os instrumentos de gestão provisional e os documentos de prestação de contas, bem como os regulamentos;
- c) Aprovar o estatuto do pessoal, e o plano de cargos, carreiras e salários, a tabela salarial e o quadro do pessoal do INM;
- d) Homologar os actos de aquisição, oneração e alienação de bens imóveis e dos móveis sujeitos a registos;
- e) Autorizar a contracção de empréstimos quando permitidos por lei;
- f) Autorizar aceitação de doações, heranças e legados litigiosos ou sujeitos a encargos;
- g) Suspender, revogar e anular, nos termos da lei, os actos dos órgãos próprios do INM que violem a lei ou sejam considerados inoportunos e inconvenientes para o interesse público;
- h) Fiscalizar e inspecionar o funcionamento do INM;
- i) Ordenar inquéritos, sindicâncias ou inspecções ao INM;

- j) Solicitar informações que entenda necessária ao acompanhamento das actividades do INM;
- k) Fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração;
- l) O mais que lhe por cometido por Lei.

Quadro I- Anexo

Quadro do Pessoal do INM
PESSOAL DIRIGENTE
Presidente
Chefe Departamento
Responsável Administrativo
PESSOAL TÉCNICO
Meteorologista Chefe
Meteorologista Principal
Meteorologista de 1ª. Classe
Meteorologista de 2ª. Classe
Meteorologista de 3ª. Classe
Observador Meteorológico Chefe
Observador Meteorológico Principal
Observador Meteorológico de 1ª. Classe
Observador Meteorológico de 2ª. Classe
Observador Meteorológico de 3ª. Classe
PESSOAL ADMINISTRATIVO
Primeiro Oficial
Segundo Oficial
Terceiro Oficial
Contabilista
Técnico Administrativo
PESSOAL DE APOIO TÉCNICO E AUXILIAR
Técnico de Instrumento Meteorológico Electrónico
Técnico de Instrumento Meteorológico de Precisão
Técnico Informático
Motorista
Auxiliar Técnico

O ministro das Obras Públicas Recursos Naturais,
Eng. Carlos Vila Nova.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública, Reforma do Estado e Assuntos Parlamentares – Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: cir-reprografia@hotmail.com São Tomé e Príncipe. - S. Tomé.